



NC ENERGIA S.A.

CNPJ nº 04.023.261/0001-88 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

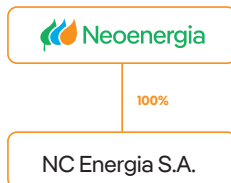
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados, Ao apresentar os resultados de 2023, a NC Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. NC ENERGIA

A NC Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A NC Energia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. Também atua na comercialização de créditos de carbono e demais créditos de energia renovável.



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2023, a NC comercializou 9,2 TWh de energia, alinhada à nova estratégia comercial da companhia, que a partir de 2019 direciona seu foco para o atendimento a clientes finais, fomentando o crescimento sustentável da área de geração renovável do Grupo.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	1.427.440	1.657.808
Custos dos serviços		(1.353.710)	(1.582.751)
Custos com energia elétrica	4	(1.353.710)	(1.582.751)
Lucro bruto		73.730	75.057
Perda de crédito esperadas	9	(842)	(4.933)
Despesas com vendas	5	(23.746)	(21.208)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(34.314)	(28.147)
Equivalência patrimonial	10	31.092	33.754
Lucro operacional		45.920	54.523
Resultado financeiro	6	5.199	7.093
Receitas financeiras		17.874	18.689
Despesas financeiras		(15.105)	(13.802)
Outros resultados financeiros, líquidos		2.430	2.206
Lucro antes dos tributos		51.119	61.616
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(2.809)	(3.855)
Corrente		(2.622)	(1.651)
Diferido		(187)	1.146
Lucro líquido do exercício		48.310	61.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.310	61.231
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(13)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	4	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(9)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(10.621)	16.777
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes	3.611	(5.704)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(7.010)	11.073
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(7.019)	11.073
Resultado abrangente do exercício	41.291	72.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NC Energia S.A. ("NC Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a comercialização de energia, sendo concebida para operar na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e junto aos clientes livres, autoprodutores, cogeneradores de energia e demais agentes do setor. A Companhia atua na venda e gestão de energia, oferecendo todo o suporte nas etapas de viabilidade e processo de migração para o mercado livre de energia. Promove leilões de compra ou venda de energia e oferece serviços como gestão integrada de energia, gerenciamento de riscos, representação de consumidores e geradores e viabilização de projetos energéticos. A Companhia foi constituída em 16 de agosto de 2000, sendo autorizada a operar pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em novembro de 2000, tendo o início de suas operações no mercado a partir de junho de 2001. **1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1 Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: - Todo instrumento de dívida denominada ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de hedge; - O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; - Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; - Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural à índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que rememoram carteira de aplicações; - Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e - Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo.
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebeíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **(a) Gestão de risco de mercado:** (i) Risco de taxa de câmbio: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2023, operações de hedge cambial, para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de hedge cambial estão descritas na nota 16.7. (ii) Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactam principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação %
Receita Operacional Bruta	1.656.610	1.932.163	(14,26)
Receita Operacional Líquida	1.427.440	1.657.808	(13,90)
EBITDA	46.908	55.433	(15,38)
Resultado Financeiro	5.199	7.093	(26,70)
Lucro Líquido	48.310	61.231	(21,00)
Margem EBITDA (%)	3,29%	3,34%	(1,72)
Margem Líquida (%)	3,38%	3,69%	(8,37)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil ⁽¹⁾	dez/23	dez/22	Variação %
Ativo Total	742.197	750.810	(1,15)
Dívida Bruta	80.020	80.476	(0,57)
Dívida Líquida ⁽²⁾	(44.198)	(18.572)	137,98
Patrimônio Líquido	398.269	369.951	7,65

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/23	dez/22	Variação (p.p)
Dívida Líquida/EBITDA	(0,94)	(0,34)	(0,61)
EBITDA/Resultado Financeiro	9,02	(7,82)	16,84

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil ⁽¹⁾	2023	2022	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro Líquido (A)	48.310	61.231	(12.921)	(21,00)
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido (B)	(2.809)	(385)	(2.424)	629,61
Amortização e Depreciação (C)	(988)	(910)	(78)	8,57
Receitas Financeiras (D)	17.874	18.689	(815)	(4,36)
Despesas Financeiras (E)	(15.105)	(13.802)	(1.303)	9,44
Outros Resultados Financeiros Líquidos (F)	2.430	2.206	224	10,15
EBITDA = A + (B + C + D + E + F)	46.908	55.433	(17.541)	(15,38)

⁽¹⁾ Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	122.525	97.333
Contas a receber de clientes e outros	9	154.709	187.629
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	3.193	12.164
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	315	716
Outros tributos a recuperar	7.2.1	15.031	15.414
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	13.385	14.050
Outros ativos circulantes		2.585	1.170
Total do circulante		311.743	328.476
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	9	19.843	17.156
Títulos e valores mobiliários		1.693	1.715
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	3.921	6.079
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	14.160	15.652
Outros tributos a recuperar	7.2.1	3.542	8.204
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	43.276	39.848
Depósitos judiciais	13	12.540	10.927
Investimentos em participação societária	10	313.658	315.655
Direito de uso		702	264
Imobilizado		3.880	2.708
Intangível		13.239	4.126
Total do não circulante		430.454	422.334
Total do ativo		742.197	750.810
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	192.944	214.593
Empréstimos e financiamentos	12.2	17.307	14.408
Passivo de arrendamento		206	142
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	4.060	9.071
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	7.2.2	6.203	9.659
Outros tributos a receber	14.2	11.474	20.404
Dividendos e juros sobre capital próprio		2.024	187
Outros passivos circulantes		2.444	2.684
Total do circulante		244.244	268.464
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12.2	65.724	80.781
Passivo de arrendamento		526	164
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	43	3.530
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	7.1.4	27.125	24.475
Provisões	13	6.266	3.167
Outros passivos não circulantes		99.684	112.395
Total do não circulante		199.684	112.395
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia		398.269	369.951
Total do patrimônio líquido		398.269	369.951
Total do passivo e do patrimônio líquido		742.197	750.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.992	22.588	69.330	49.941	(3.900)	-	369.951
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	48.310	48.310
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	-	-	-	(7.019)	-	(7.019)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	2.416	17.872	15.049	-	(35.337)	-
As estratégias de hedge de índices de inflação são descritas na nota 16.7. (b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 12). Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 12). (c) Risco de solvência: O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. (d) Gestão de risco de crédito: O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes. (i) Risco de crédito de contrapartes comerciais: Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios quantitativos e qualitativos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. (ii) Risco de crédito de instituições financeiras: Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	231.992	25.004	87.202	64.990	(10.919)	-	398.269
Saldos em 31 de dezembro de 2021	231.992	19.526	111.620	49.941	(14.973)	-	398.106
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.231	61.231
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	-	-	-	11.073	-	11.073
Transações com sócios:							
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	(76.484)	-	-	-	(76.484)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	3.062	34.194	31.194	-	(37.256)	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	-	-	(23.975)	(23.975)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.992	22.588	69.330	49.941	(3.900)	-	369.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subseqüentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>) que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento de energia	1.635.042	1.914.397
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	5.026	5.956
Outras receitas	16.542	11.810
Receita operacional bruta	1.656.610	1.932.163
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(229.170)	(274.355)
Receita operacional, líquida	1.427.440	1.657.808

3.1 Deduções de receita bruta:

	2023	2022
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(83.176)	(107.311)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(144.954)	(166.717)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1.040)	(527)
	(229.170)	(274.355)
	(229.170)	(274.355)

3.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidas valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). b) Estimativas e julgamento crítico: A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE: - Contratos de compra e venda vigentes à época; - Contratos de compra e venda definidos no curto prazo; - Apuração do saldo de energia dado pelas diferenças do volume de compras e vendas; - Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE; - Segregação do volume financeiro de contratos faturados e não faturados no mês.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(1.486.516)	(1.745.158)
Energia curto prazo - PLD [®]	(3.135)	(6.427)
Outros	(1.278)	(697)
Subtotal	(1.490.929)	(1.752.021)
Créditos de PIS e COFINS	137.219	169.270
Total	(1.353.710)	(1.582.751)
	(1.353.710)	(1.582.751)

[®] PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		2022	
	Despesas com vendas	Outras despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(11.152)	(29.550)	(40.702)	(40.702)
Serviços de terceiros	(7.236)	(1.260)	(8.586)	(8.586)
Depreciação e amortização	(845)	(143)	(988)	(988)
Provisão pra processos judiciais	-	-	-	-
Outras despesas	(4.423)	(3.493)	(7.916)	(7.916)
Total	(23.746)	(34.314)	(58.060)	(58.060)

	2023		2022	
	Despesas com vendas	Outras despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 5.1)	(11.363)	(23.330)	(34.693)	(34.693)
Serviços de terceiros	(7.881)	(1.194)	(9.075)	(9.075)
Depreciação e amortização	(711)	(199)	(910)	(910)
Outras despesas	(1.253)	(3.424)	(4.677)	(4.677)
Total	(21.208)	(28.147)	(49.355)	(49.355)

5.1 Pessoal e benefícios a empregados:

	2023	2022
Remunerações	(9.612)	(15.632)
Encargos sociais	(7.770)	(6.466)
Auxílio alimentação	(1.737)	(1.366)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.174)	(1.957)
Provisão para férias e 13º salário	(3.955)	(3.366)
Plano de saúde	(1.542)	(1.047)
Participação nos resultados	(3.910)	(4.685)
Outros	(2)	(174)
Total	(40.702)	(34.693)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	13.770	17.547
(-) Tributos sobre receita financeira	(970)	(1.223)
Atualização de depósitos judiciais	917	806
Outras receitas financeiras [®]	4.157	1.559
Total	17.874	18.689

	2023	2022
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽²⁾	(10.486)	(9.236)
Fee de garantia ⁽³⁾	(972)	(1.372)
Atualização de provisões para processos judiciais	(2.538)	(2.611)
Outras despesas financeiras	(11.109)	(9.832)
Total	(26.105)	(23.802)

	2023	2022
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(1.044)	(2.643)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	1.711	2.967
Outras variações monetárias, líquidas	(8)	(175)
Ganhos com variações monetárias ⁽⁴⁾	1.771	2.057
Total	2.430	2.206
Resultado financeiro líquido	5.199	7.093

⁽¹⁾ Inclui multa a fornecedores, juros e encargos de clientes e receitas financeiras sobre rescisões contratuais; ⁽²⁾ Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, CDI e outros) e amortização de custos de captação; ⁽³⁾ Refere-se principalmente a amortização da cobrança de *fee*, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia; ⁽⁴⁾ Inclui atualização, pela Selic, do saldo de reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	51.119	61.616
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(17.380)	(20.949)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	3.400	8.152
Resultado de participações societárias	10.572	11.476
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	190	(698)
Outros adições (reversões) permanentes	409	1.654
Tributos sobre o lucro	(2.809)	(3.959)
Alíquota efetiva	5,50%	6,42%
Corrente	(2.622)	(1.531)
Diferido	(187)	1.146

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos: Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2023	2022
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	26.952	28.168
Diferenças tributárias:		
Provisão para processos judiciais	9.222	8.322
Perdas estimadas de créditos - Contas a receber	2.339	2.253
Arrendamentos capitalizados	14	14
PLR	2.934	2.727
Valor justo de instrumentos financeiros	1.211	(2.336)
Outros	604	700
Total	43.276	39.848

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Ativo	39.848
Efeitos reconhecidos no resultado	(187)	
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	3.615	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.276	

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	44.406	1.146
Efeitos reconhecidos no resultado	(5.704)	
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	39.848	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	39.848	

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2027	2028	Entre 2029 e 2033	Entre 2034 e 2038
Ativo fiscal diferido	5.235	1.026	30.473	8.542
Efeito líquido	3.235	1.026	30.473	8.542

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos:

	2023	2022
IRPJ	9.324	11.533
CSLL	5.151	4.835
Ativo	14.475	16.368
Circulante	315	715
Não circulante	14.160	15.652

7.1.4 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 9.074 e R\$ 8.406, respectivamente, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedidos de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL da companhia, totalizando R\$ 9.074 (R\$ 8.406 em 31 de dezembro de 2022). **7.1.5 Ressarcimento a clientes - Tributos Federais:** Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modificar no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do leading case), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga. A Companhia possui dois processos ajuizados, cuja decisão judicial de apenas um transitou em julgado e todo o crédito foi utilizado em 2023. Com base no prazo prescricional, de acordo com o art. 206 do Código Civil, atualmente a empresa não possui nenhum valor a ser repassado aos clientes, mantendo assim apenas os valores registrados no seu ativo no montante de R\$ 2.743 (R\$ 8.204 em 31 de dezembro de 2022), referente ao processo cuja decisão judicial ainda não transitou em julgado. A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com a regulamentação expedida pela RFB. **7.1.6 Política contábil e julgamentos críticos:** a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2 Outros tributos: 7.2.1 Outros tributos a recuperar:

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	799	2.145
Programa de Integração Social - PIS	3.177	3.832
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	14.597	17.641
Outros tributos a recuperar	18.573	23.618
Circulante	15.031	15.414
Não circulante	3.542	8.204

7.2.2 Outros tributos a recolher

	2023	2022
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3.200	3.372
Programa de integração social - PIS	-	241
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	-	1.151
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.861	3.875
Outros	1.142	1.020
Outros tributos a recolher	6.203	9.659

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	511	328
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13.827	17.411
Fundos de investimento	108.187	97.005
Total	122.525	97.333

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% (100,31% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	108.187	97.005
Total	108.187	97.005

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2023		2022	
	Perda de Recebíveis esperadas	Perda de Contas a receber, créditos líquidos	Perda de Recebíveis esperadas	Perda de Contas a receber, créditos líquidos
Fornecimento de energia	26.635	(6.844)	19.791	25.040
Fornecimento de energia não faturada	152.524	(35)	152.489	176.418
Comercialização de energia na CCEE	972	-	972	4.341
Serviços	1.300	-	1.300	5.614
Total	181.431	(6.879)	174.552	211.413
Ativo circulante	-	-	154.709	187.629
Ativo não circulante	-	-	19.843	17.156

9.1 Fornecimento de energia:

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2023		2022	
	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas	Perdas de créditos esperadas
A vencer	171.547	(2.132)	183.023	(2.755)
Saldo vencidos:	7.612	(4.747)	18.435	(3.873)
entre 1 e 90 dias	1.315	(243)	13.805	(1.905)
entre 91 e 180 dias	197	(210)	223	(214)



supostamente devido no período em que esteve vigente liminar de substituição tributária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	2023	2022
Processos civis	12.471	10.826
Processos fiscais	59	61
Total	12.540	10.927

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional, e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamento críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 231.992, representando ações ordinárias, todas pertencentes à Neoenergia S.A.

14.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:
a) Lucro por ação: Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.310	61.231
Média ponderada de número ações em circulação	231.992	231.992
Lucro básico e diluído por ação	0,21	0,26

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	48.310	61.231
Reserva legal	(2.416)	(3.062)
Lucro líquido ajustado	45.894	58.169
Destinação para outras reservas de lucros	(32.921)	-
Lucro líquido a distribuir	12.973	58.169
Remuneração		
Mínima obrigatória	12.973	14.542
Remuneração adicional	-	9.435
Total	12.973	23.977

Natureza da remuneração

	2023	2022
Dividendos	2.973	-
JCP ^(b)	10.000	23.975
Total	12.973	23.975

^(b) Para fins de mínimo obrigatório, é considerado o valor líquido de IRRF.

15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Controladas e Coligadas	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Controladas e Coligadas
Ativo						
Contas a receber e outros (a) / (b)	41.025	-	13.385	34.651	-	14.050
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (c)	-	-	3.385	-	-	-
Outros ativos	-	362	-	465	-	-
Total	41.025	362	13.385	34.651	465	14.050
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a) / (b)	140.501	656	-	141.517	152.822	687
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	11.474	-	11.474	-	20.404
Total	140.501	12.130	-	152.631	152.822	21.091

15.2 Transações com partes relacionadas

	2023			2022		
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Coligadas
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a) / (b)	205.878	-	16.988	222.866	230.983	28.004
Custos dos serviços (a) / (b)	(1.004.344)	-	(144.395)	(1.148.739)	(926.903)	(224.336)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(145)	-
Despesas gerais e administrativas	(129)	(656)	-	(785)	(851)	-
Resultado financeiro líquido	(798.595)	(1.628)	-	(927.650)	(696.065)	(894.620)

15.3 Principais Transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas nos itens 15.1 e 15.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correlação / remuneração contratual		Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
			2023	2022				
a)	Arizona 1, Baguari ^(b) , Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Companhia Hidrelétrica Teles Pires ^(b) , Geração Céu Azul, Geração Cill, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitis 1, Oitis 2, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7, Oitis 8, Oitis 9, Oitis 10, Oitis 21, Oitis 22, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuã 1, Ventos de Arapuã 2, Ventos de Arapuã 3	Contrato (ACL e CP) de compra e venda de energia elétrica	100%	100%	Entre 1 ano e 10 anos	Entre 2024 e 2034	(100,119)	(936,026)
b)	Arizona 1, Baguari ^(b) , Caetité 1, Caetité 2, Caetité 3, Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4, Calango 5, Calango 6, Canoas, Canoas 2, Canoas 3, Canoas 4, Chafariz 1, Chafariz 2, Chafariz 3, Chafariz 4, Chafariz 5, Chafariz 6, Chafariz 7, Companhia Hidrelétrica Teles Pires ^(b) , Geração Céu Azul, Geração Cill, Itapebi, Lagoa 1, Lagoa 2, Lagoa 3, Lagoa 4, Luzia 2, Luzia 3, Mel 2, Oitis 1, Oitis 2, Oitis 3, Oitis 4, Oitis 5, Oitis 6, Oitis 7, Oitis 8, Oitis 9, Oitis 10, Oitis 21, Oitis 22, Santana 1, Santana 2, Termopernambuco, Ventos de Arapuã 1, Ventos de Arapuã 2, Ventos de Arapuã 3	Serviços de gestão de energia	100%	100%	1 ano	2024	934	10.153
c)	Neoenergia S.A.	Dividendos a pagar	-	-	N/A	2024	(11.474)	-
d)	Potiguar Sul	Dividendos a receber	-	-	N/A	2024	13.385	-

^(b) Os saldos de partes relacionadas da Companhia Hidrelétrica Teles Pires e Baguari 1 estão apresentados acumulados até Ago/2023 e Set/2023, respectivamente, tendo em vista que foram concluídas as transações para a permuta de ativos entre Neoenergia e Elettronorte.

15.4 Remuneração da administração (pessoa-chave): Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração da administração da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023		2022	
	CA_VJORA	VJR	CA_VJORA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	14.338	108.187	328	97.005
Títulos e valores mobiliários	1.693	-	1.715	-
Contas a receber de clientes e outros	181.451	-	211.413	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	227	6.887	10.083
Total	197.462	227	115.074	108.083
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar	192.944	-	214.593	-
Empréstimos e financiamentos	83.031	-	95.189	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.103	-	3.530
Passivo de arrendamento	732	-	306	-
Outros passivos financeiros	116	-	264	-
Total	276.823	4.103	310.352	3.530

CA - Custo amortizado, VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes, VJR - Valor justo por meio do resultado

16.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.8 (análise de sensibilidade). **16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR") ou "VJORA":** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2023		2022	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	108.187	108.187	97.005	97.005
Instrumentos financeiros derivativos	7.114	7.114	18.243	18.243
Total	115.301	115.301	115.248	115.248
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	4.103	4.103	3.530	3.530
Total	4.103	4.103	3.530	3.530

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para realização, podem

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
2023	RCA de 14 de dezembro de 2023	JCP	10.000	0,0431049
			10.000	
2022	AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos	4.352	0,0187593
		Reserva especial de dividendos não distribuídos	76.483	0,3296795
		JCP	23.975	0,1033441
			104.810	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2023	2022
Saldos iniciais	20.404	12.197
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	2.973	76.483
Juros sobre capital próprio declarados	10.000	23.975
Finistado de renda retido na fonte - IRRF	(1.500)	(80.835)
Dividendos pagos no exercício	(24)	(24)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(20.372)	(7.820)
Saldos finais	11.474	20.404

14.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge* accounting de fluxo de caixa, 14.4 Reservas de lucros; **14.4.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **14.4.2 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. **14.4.3 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, parte do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **14.5 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são com os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia e coligada. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de serviços administrativos; (iii) Dividendos e JCP. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da *Bloomberg*. O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contratação. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

16.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco da taxa de câmbio e juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. Os programas a seguir são designados para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Empresa	R\$ 19.013	R\$ 24.854	2025	19.480	25.558
Passivo	R\$ 12.441	R\$ 17.033		(12.592)	(17.398)
Exposição líquida				6.888	8.160

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao Euro, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Empréstimo EUR Empresa	€ 45	-	2024	(13)	-
Exposição líquida				(13)	-

16.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dividida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição Impacto Cenário		
				(Saldo/ Nocial)	(II)	(III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro(€)	Alta do Euro	5.3516	(244)	36	71
NDF				244	(36)	(71)
Exposição líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa de exercício (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	127.620	14.814	(2.222)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:						
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	11,65%	(12.592)	(1.576)	(236)
Divida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(9.272)	(2.361)	(126)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	19.480	2.386	127
Divida em TJLP	TJLP	Alta do TJLP	6,53%	(67.920)	(5.714)	(665)
Total						

17. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	2025	2026	2027	2028	Entre 2030 e 2034	Total
Compra de Energia	-	410.260	403.316	379.956	360.129	313.944
	-	-	-	-	-	310.082
Total	-	410.260	403.316	379.956		